

O preço da ^{Saúde} incuria

Os 123 municípios brasileiros que não prestaram contas da utilização das verbas para a Saúde, repassadas pelo governo federal no último ano, estão sendo descredenciados do Piso de Assistência Básica (PAB). A decisão do Ministério da Saúde é a resposta correta à negligência das autoridades municipais que resistem à necessidade de administrar com responsabilidade. Entre as cidades que serão descredenciadas, há uma única capital, justamente São Paulo, que deixou de receber R\$ 50,5 milhões em 1998 por conta da morosidade da Prefeitura em atender a exigências do ministério.

Há mais de um ano, a criação do PAB possibilitou que os recursos para ações básicas de saúde (vacinas, consultas, exames médicos, etc.) – R\$ 10,00 por habitante – fossem transferidos diretamente para os cofres municipais. Antes, os municípios recebiam com base na quantidade de procedimentos realizados, o que dava margem à corrupção e causava distorções: com redes cada vez mais sucateadas, cidades carentes eram obrigadas a transferir seus doentes para outros municípios e, assim, recebiam cada vez menos. Na nova modalidade de repasse, permite-se que cada localidade decida sobre como empregar as verbas, conforme suas necessidades. Em contrapartida, os municípios devem formar um Conselho Municipal de Saúde, assumir os postos estaduais de saúde e prestar contas dos gastos ao governo federal.

O Ministério da Saúde partiu de um pressuposto óbvio: a falta de informações denuncia a não-utilização dos recursos, o mau uso deles ou, no mínimo, o descumprimento da parte do acordo que cabe à prefeitura. Bastou que se estabelecesse um mínimo de exigência para que centenas de cidades se colocassem à margem de um processo extremamente importante para a melhora da saúde pública. Em janei-

ro, mais de mil municípios estavam em débito com o Ministério da Saúde. Com o aviso do descredenciamento, porém, 800 passaram a respeitar o que estava estabelecido nos acordos. Aos restantes, restaram um ultimato e, diante da não-resposta, a suspensão dos repasses. É o caso da Prefeitura de São Paulo que, em vez de perder tempo insistindo em recuperar e proteger o falido PAS, deveria ter

optado pelo PAB. Como não o fez, continuou recebendo pelos serviços prestados. Uma opção péssima, uma vez que tal modelo de repasse fixa o piso per capita em R\$ 4,85, menos da

metade do total pago pelo PAB. No ano passado, São Paulo recebeu R\$ 47,53 milhões, quando poderia ter recebido R\$ 98 milhões. O ministro José Serra transferiu para o Estado a responsabilidade da gestão do sistema de saúde básica das cidades. O governo estadual receberá os recursos e pagará aos hospitais.

A Prefeitura paga o preço da morosidade e da inabilidade para assumir os postos estaduais e montar o Conselho de Saúde. Para o secretário municipal de Saúde, Jorge Pagura, a decisão do ministro é “um golpe contra a Prefeitura” e mostra “que a política está sendo colocada acima da saúde”. Ora, golpe contra a Prefeitura é o que até agora pregou o próprio PAS, sistema contaminado pela corrupção, que arrasou os cofres municipais e degradou a rede pública de saúde. “Política acima da saúde” também é um slogan que até agora poderia perfeitamente se aplicar ao PAS – a bandeira política que bem serviu ao ex-prefeito Paulo Maluf e ao seu sucessor.

Em vez de posarem como vítimas, as autoridades de São Paulo deveriam atender às exigências do Ministério da Saúde. A adesão ao PAB é importante para a população, e prestar contas do uso do dinheiro público é dever de todo governante honesto.

São Paulo deixou de receber R\$ 50 milhões para a Saúde por conta da morosidade da Prefeitura